

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para os serviços de locação de toldos, incluindo transporte, montagem, instalação, manutenção e desmontagem, visando atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais e Fundos Municipais de Nossa Senhora da Glória/SE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Código	Produto/Serviço/Especificação	U/M	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
7254	LOCAÇÃO DE TOLDO MED. 10,00 X 10,00, EM LONA VULCANIZADA ANTICHAMAS E TUBOS GALVANIZADOS.	DRA	160	R\$ 626,84	R\$ 251.936,00
7252	LOCAÇÃO DE TOLDO MED. 4,00 X 4,00, EM LONA VULCANIZADA ANTICHAMAS E TUBOS GALVANIZADOS.	DRA	75	R\$ 399,50	R\$ 29.962,50
7251	LOCAÇÃO DE TOLDO MED. 5,00 X 5,00, EM LONA VULCANIZADA ANTICHAMAS E TUBOS GALVANIZADOS.	DRA	400	R\$ 458,34	R\$ 75.626,10
7253	LOCAÇÃO DE TOLDO MED. 6,00 X 6,00, EM LONA VULCANIZADA ANTICHAMAS E TUBOS GALVANIZADOS.	DRA	165	R\$ 1.552,42	R\$ 248.387,20

1.1.2 UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS REQUISITANTES:

UG	UO	
2000	2002	Gabinete da Prefeita
4000	2006	Fundo Municipal de Saúde
5000	2009	Fundo Municipal de Assistência Social
2000	2024	Secretaria Municipal de Educação

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84. da Lei 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se devidamente detalhadas no item 2 do Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente processo administrativo, cujos termos ficam aqui integralmente ratificados.

2.2. A presente demanda decorre da necessidade de contratação de empresa para a aquisição parcelada e sob demanda de estruturas de coberturas (toldos), destinadas ao suporte e à infraestrutura dos eventos promovidos pelo Município de Nossa Senhora da Glória/SE. A contratação visa atender, de forma

contínua e programada, às atividades culturais, institucionais, esportivas, educacionais, sociais e comemorativas realizadas pelas diversas secretarias municipais ao longo do exercício financeiro.

2.3. Os eventos públicos municipais demandam infraestrutura adequada para garantir melhores condições de acomodação, circulação e proteção dos participantes, servidores, colaboradores e equipamentos, especialmente diante da exposição às condições climáticas, como sol intenso e chuvas. A inexistência dessas estruturas pode comprometer a execução das programações, reduzir a participação popular e ocasionar prejuízos à organização e à continuidade das atividades promovidas pela Administração Pública.

2.4. Durante a realização dessas atividades que acontecem ao ar livre, se faz necessária a disponibilização de tendas para proteção dos agentes públicos, população e materiais envolvidos, contra as possíveis intempéries climáticas e contra os raios solares que são muito intensos nessa região.

2.5. A contratação dos serviços de estruturas temporárias adequadas para cobertura e proteção em eventos institucionais visa assegurar suporte estrutural adequado às ações e eventos do Município, proporcionando maior segurança, conforto, acessibilidade e organização dos espaços públicos utilizados.

2.6. Além disso, a solução mostra-se mais vantajosa do ponto de vista técnico e econômico, considerando que a realização eventual e variável dos eventos não justifica a aquisição definitiva das estruturas, as quais demandariam custos permanentes de armazenamento, transporte, montagem, manutenção e conservação. Dessa forma, a locação permite atendimento conforme a demanda administrativa, com maior eficiência, economicidade e flexibilidade operacional, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução adotada, considerada em sua integralidade, encontra-se pormenorizadamente descrita no item 7 do Estudo Técnico Preliminar, documento que integra os autos do processo administrativo e cujas disposições são aqui expressamente acolhidas;

3.2. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de toldos, incluindo transporte, montagem, instalação, manutenção durante o uso e desmontagem das estruturas, destinados ao atendimento dos eventos promovidos pelo Município de Nossa Senhora da Glória/SE, pelo período de 12 (doze) meses.

3.3. A contratação visa fornecer infraestrutura temporária adequada para suporte às atividades institucionais, culturais, esportivas, sociais, educacionais e comemorativas realizadas pela Administração Pública, garantindo proteção contra intempéries, melhor organização dos espaços e maior conforto e segurança aos participantes.

3.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, tendo em vista que a demanda por serviços de locação, montagem e desmontagem de toldos é contínua e variável, sendo de difícil mensuração exata devido às especificidades de eventos, demandas sazonais e rotinas operacionais de cada unidade administrativa.

3.5. Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda da Administração, observando o calendário municipal de eventos e as necessidades específicas de cada ação pública. As estruturas deverão ser disponibilizadas em tamanhos e configurações compatíveis com os locais e quantitativos solicitados, assegurando adequado atendimento operacional.

3.6. A empresa contratada será responsável por toda a logística necessária à execução dos serviços, incluindo disponibilização de mão de obra, equipamentos, transporte e demais insumos indispensáveis ao perfeito funcionamento das estruturas.

3.7. A solução contempla, ainda, a observância de requisitos de qualidade, segurança, sustentabilidade e conformidade técnica, garantindo que os toldos estejam em adequadas condições de conservação, estabilidade e utilização durante todo o período dos eventos.

3.8. Ressalta-se que a padronização dos itens a serem adquiridos contribuirá para ganhos de escala, maior economicidade e eficiência administrativa, além de facilitar o controle e a fiscalização contratual. Sempre que possível, serão observados critérios de sustentabilidade, priorizando produtos menos agressivos ao meio ambiente e à saúde humana.

3.9. Dessa forma, a contratação da locação de toldos apresenta-se como a solução mais vantajosa à Administração, por proporcionar flexibilidade operacional, economicidade e eficiência na realização dos eventos públicos, evitando custos permanentes com aquisição, armazenamento e manutenção de estruturas próprias, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos aqui elencados visam garantir os serviços de cobertura e proteção em eventos institucionais, ações administrativas, campanhas públicas, atividades culturais, esportivas, educacionais e demais programações promovidas pelo Município de Nossa Senhora da Glória/SE.

4.2. A contratação deverá garantir a prestação adequada dos serviços de locação de toldos para atendimento dos eventos promovidos pelo Município de Nossa Senhora da Glória, observando os seguintes requisitos mínimos.

Requisitos de Qualidade e Conformidade

- 4.3. Toldos em adequado estado de conservação, limpeza e segurança;
- 4.4. Estruturas resistentes, estáveis e apropriadas para utilização em ambientes externos;
- 4.5. Coberturas livres de rasgos, infiltrações, ferrugens ou defeitos;
- 4.6. Montagem e desmontagem realizadas por equipe capacitada;
- 4.7. Atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis;
- 4.8. Cumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração;
- 4.9. Substituição imediata de estruturas que apresentem irregularidades ou inadequações;
- 4.10. Execução dos serviços em conformidade com as exigências deste Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021.

Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

4.11. A execução dos serviços deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, mediante adoção dos seguintes requisitos:

- 4.11.1 Utilização de estruturas reutilizáveis e em adequado estado de conservação;
- 4.11.2 Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços;
- 4.11.3 Adoção de medidas para evitar danos ao patrimônio público e ao meio ambiente;
- 4.11.4 Redução de desperdícios de materiais e recursos durante montagem e desmontagem;
- 4.11.5 Cumprimento da legislação ambiental, sanitária e de segurança aplicável à atividade.

Subcontratação

4.6 Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação deve ser admitida apenas quando necessária e desde que não comprometa a execução do objeto contratual.

4.7 No presente caso, considerando que o objeto consiste nos serviços de fornecimento, montagem e desmontagem de toldos, classificados como bens e serviços comuns, amplamente disponíveis no mercado e que não demandam especialização técnica complexa para sua execução, não se verifica justificativa técnica ou econômica para a admissão de subcontratação

4.8 Ademais, a vedação à subcontratação contribui para o fortalecimento do controle contratual, uma vez que concentra na empresa contratada a responsabilidade integral pelo fornecimento dos materiais, incluindo qualidade, prazos, logística e conformidade com as especificações estabelecidas.

4.9 Ressalta-se que a fragmentação da execução contratual por meio de subcontratações poderia dificultar a fiscalização, aumentar riscos operacionais e comprometer a padronização dos produtos fornecidos, em prejuízo do interesse público.

4.10 Dessa forma, fica vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, devendo a empresa contratada executar diretamente todas as obrigações assumidas, garantindo maior eficiência, segurança e transparência na execução contratual, em consonância com os princípios da Administração Pública previstos na Lei nº 14.133/2021.

Garantia da contratação

4.11 Com fulcro no art. 96, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, fica dispensada a exigência de garantia contratual. Tal medida fundamenta-se na natureza do objeto — fornecimento de bens comuns com entrega parcelada — em que o pagamento está estritamente condicionado ao efetivo recebimento e aceitação definitiva dos produtos, o que anula o risco de prejuízo financeiro por antecipação de valores.

4.12 A dispensa justifica-se, ainda, pela baixa complexidade do fornecimento e pela ampla competitividade do mercado, fatores que reduzem a exposição da Administração a riscos operacionais. A exigência de garantia, neste cenário, representaria um custo indireto desnecessário ao licitante, podendo

restringir a participação de pequenas empresas e elevar os preços propostos, sem que houvesse um benefício compensatório à segurança do contrato.

4.13 A mitigação de riscos será garantida pela fiscalização ativa de servidor designado, responsável por monitorar o rigoroso cumprimento dos prazos, a qualidade dos itens e as condições de entrega. Eventuais desconformidades serão objeto de glosa imediata ou recusa do lote, assegurando a integridade do erário.

4.14 Ressalta-se que a ausência de garantia não exime a contratada de suas responsabilidades legais. O inadimplemento das obrigações sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, além da rescisão contratual e demais medidas judiciais cabíveis.

Da exigência de amostra

4.15 Após a aceitação da proposta quanto ao valor, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar poderá ser convocado, a critério exclusivo da Administração, para apresentar amostra(s) do(s) item(ns) que julgar necessário(s) à verificação de conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

4.16 A solicitação de amostra, quando realizada, indicará data, local e horário para sua apresentação e/ou avaliação, os quais serão divulgados por meio do sistema eletrônico.

4.17 A participação na sessão de avaliação das amostras será facultada aos demais licitantes interessados.

4.18 A não apresentação da amostra, quando formalmente solicitada, ou a sua reprovação por desconformidade com as especificações exigidas, implicará a desclassificação da proposta, observados o contraditório e a ampla defesa.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Prazo e Local de Entrega

5.1 Os serviços deverão ser entregues nas quantidades e nos locais indicados pelo Setor Solicitante, conforme solicitação de fornecimento, em data previamente agendada e em conformidade com a ação itinerante, campanha, evento, festa tradicional ou outra atividade que necessite da devida locação, dentro do município de Nossa Senhora da Glória, zona rural e/ou urbana.

5.2 A prestação dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço expedida pela Contratante, contendo, no mínimo:

- Local da instalação;
- Quantitativo e dimensões;
- Data e horário da montagem e desmontagem;
- transporte dos equipamentos até o local indicado;
- montagem completa das estruturas;
- fixação e estabilização adequada dos toldos;
- fornecimento de todos os materiais, acessórios e ferramentas necessários;
- manutenção corretiva imediata durante o período de utilização, quando necessário;
- desmontagem e retirada integral das estruturas após encerramento do evento.

5.3 A contratada será integralmente responsável pela segurança das estruturas instaladas, devendo substituir imediatamente qualquer equipamento que apresente defeito, avaria, instabilidade ou condições inadequadas de uso.

5.4 Os toldos deverão apresentar:

- cobertura íntegra, limpa e sem rasgos;
- estrutura metálica resistente e em bom estado de conservação;
- condições de segurança compatíveis com a utilização pública.

5.5 O descumprimento dos prazos de entrega sujeitará a Contratada às penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.6 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 O recebimento provisório ocorrerá após a montagem e verificação das estruturas no local indicado, mediante conferência das condições técnicas e quantitativas contratadas.

7.2 Os toldos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá após a completa execução dos serviços, incluindo desmontagem e retirada dos equipamentos, desde que constatado o cumprimento integral das obrigações contratuais.

7.4 Caso sejam verificadas irregularidades, defeitos ou desconformidades na execução, a contratada deverá promover as correções necessárias no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.

7.5 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, equipe suficiente e capacitada para atendimento das demandas do Município, inclusive em eventos simultâneos, quando previamente solicitado.

7.6 Os serviços deverão ser executados em conformidade com o modelo de execução previsto no art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que o contrato produza os resultados pretendidos desde o início até o encerramento da contratação.

7.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.12.1 o prazo de validade;

7.12.2 a data da emissão;

7.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.12.5 o valor a pagar; e

7.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.26 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da

Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade REGISTRO DE PREÇO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento acontecerá de forma parcelada conforme empenhos e ordens de fornecimento emitidas pela Unidade Gestora.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020;

9.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.12 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas no edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso da pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.32 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33 Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) responsável técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, do domicílio ou sede da licitante e visto no CREA para licitantes com sede fora do estado para participar de licitações;

9.34 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) serviços similares de complexidade equivalente, público ou privado, devidamente registrado no CREA, em nome do responsável técnico indicado;

9.34.1 Para comprovação do vínculo profissional do técnico responsável, será aceito, na forma do Acórdão nº 7.286/2010 – TCU – 2º Câmara, qualquer documento dos dispostos nos subitens seguir:

- a) Contrato Social, se sócio, devidamente atualizado;
- b) Carteira de trabalho e previdência Social – CTPS assinada;
- c) Contrato de Trabalho, regido pela CLT;
- d) Contrato de Prestação de Serviços, regido pelo Código Civil;
- e) Certidão de registro da licitante na entidade profissional competente, se nela constar o nome profissional indicado;
- f) Atestado registrado no CREA, com atividades pertinentes e compatível com o objeto licitado.

9.35 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução satisfatória de serviços de locação, montagem e desmontagem de toldos ou estruturas similares;

9.36 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37 A comprovação da aptidão técnica será acompanhada, obrigatoriamente, de documentos que atestem a veracidade e a execução do objeto declarado, devendo o licitante apresentar:

- a) Cópia do Instrumento Contratual ou;
- b) da Nota de Empenho que fundamentou o atestado;

9.38. Caso seja necessário, será aberta diligência para apresentação de documentos complementares que permitam a rastreabilidade da operação comercial e a legitimidade do atestado apresentado, como Cópias das Notas Fiscais correspondentes, devidamente atestadas, que comprovem o volume e a natureza dos produtos fornecidos.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ **605.911,80** (Seiscentos e cinco mil, novecentos e onze reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos no item 1 deste instrumento.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2 Por tratar-se de Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes das futuras contratações do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados na realização de empenhos prévios, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Nossa Senhora da Glória/SE, 26 de maio de 2026.

Línia Carla Azevedo de Oliveira
Membro da Equipe de Planejamento

Tiago de Souza Gois Rezende
Presidente da Equipe de Planejamento
Secretário Municipal de Adm. e Planejamento

